

## EUCLIDES NETO: TESTEMUNHOS DE EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E ORALIDADE NA OBRA DE UM PREFEITO “MODELO”.

Ely Souza Estrela (Doutora em História Social.  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Email: [elyestrela@hotmail.com](mailto:elyestrela@hotmail.com))

### Introdução

Nos últimos anos, as discussões sobre a relação entre história e memória têm ocupado grande parte do *fazer* historiográfico. A noção de *lugares de memória*, de Pierre Nora e de *dever de memória*, de Paul Ricoeur enriqueceu as discussões e ambos têm dado suporte aos vários trabalhos voltados para a questão da memória. Pensando nas contribuições teóricas dos dois renomados autores, farei aqui um exercício de reflexão sobre um tema que ainda se apresenta para mim de forma incipiente. Na verdade, pretendo compartilhar com o Grupo Temático uma proposta de pesquisa que estou desenhado e **à qual** faltam ainda aportes teóricos. Ela foi suscitada a partir das discussões que têm tido **lugar nas** disciplinas que ministro nos Programas dos dois mestrados do Departamento de Ciências Humanas (Campus V), qual sejam História Oral e Memória, Memória, Narrativas e Oralidades e têm também, de certo modo, vinculação com minhas preocupações relacionadas às questões fundiárias e com a temática da Reforma Agrária no Brasil.

### Euclides Neto: político e escritor

Essas reflexões partem das obras de Euclides Neto, denominadas pela sua fortuna crítica como obras de memória ou memorialísticas. Procuro discutir aqui a pertinência ou não das denominações, apontando possíveis outros olhares sobre parte da produção literária do escritor.

Euclides José Teixeira Neto foi uma das figuras mais interessantes da política baiana nos últimos anos, além de ser um escritor profícuo. Publicou quatorze obras, entre romances, contos e outros, incluídos neste *outros* um dicionário (*Diocenareco das roças de cacau e arredores - 1997*) e duas obras que seus críticos denominam de obras de memória, quais

sejam: *64: Um prefeito, a revolução e os jumentos (A fábula do presidencial Salém-1978)* e *Trilhas da Reforma Agrária (1999)*.

Euclides Neto nasceu no município de Ubaíra, em novembro de 1925 e morreu em Salvador em abril de 2000. Adolescente, Euclides foi para a capital, formando-se em direito. Após diplomar-se, voltou à cidade de Ipiaú, local onde a família morava e montou banca. Marcado pelo caráter humanista e pelo princípio da dúvida, Euclides gabava-se de nunca ter acusado um réu e de não ter nunca advogado para as “firmas” de cacau. Ele gostava mesmo era de defender e especializou-se em defender a “raia miúda”, gente “fedendo a fome”, da zona cacaeira: posseiros, trabalhadores rurais, assalariados e todos os injustiçados da sanha dos “graúdos” coronéis.

Quando falo no político e escritor Euclides Neto, penso em Graciliano Ramos. Este último autor chamou para si a atenção dos meios literários e acadêmicos do Rio de Janeiro a partir da publicação dos seus relatórios. Numa linguagem direta, árida, marcada pela ironia e pela sagacidade, *o então, jovem prefeito* de Palmeira dos Índios (Alagoas) afrontou a linguagem burocrática da administração pública, revelando-se um observador atento das práticas políticas da província, ao tempo, em que evidenciava sua condição de escritor. Após a publicação dos Relatórios, Graciliano é instado a tirar da gaveta *Caetés*, seu romance de estréia, *publicando em* 1933.

Quando Euclides esteve à frente da administração do município baiano de Ipiaú, de 1963 a 1967, além da publicação de relatórios, cartas e ofícios irônicos, irreverentes, ousados; muitas vezes malcriados e atrevidos *dirigidos às* “Vossas excelências”, já contava em seu currículo a publicação de quatro obras literárias: *Porque o homem não veio do macaco* (1942), *Berimbau* (1946), *Vida Morta* (1947) e *Os Magros* (1961). Mais tarde, publicaria os outros títulos que adiante serão citados. Independente do gênero adotado, todos eram centrados na zona cacaeira e no cotidiano dos seus habitantes, todos marcados pelo viés telúrico e pelo tom da oralidade.

Aqui não posso me furtar a descrever uma das cartas de Euclides. Vejamos uma datada de março de 1967:

A prefeitura de Ipiaú, por seu Prefeito, vem a V. Excia expor e pedir:

I-Data Vênia, a Cohab está toda errada. Quero dizer toda.

Parece desaforo, um reles Prefeito, cá de fora, afirmar isto. Aqui, nós dizemos e não mandamos: com melhor das intenções, evidente. E acreditamos

que a sinceridade sempre gera bons amigos e boas obras. Também o presente não deverá ser lançado à cesta de papel ou à tumba fria do arquivo.

Leia-me, por favor [...] (1983, p. 266).

Além da escrita desabrida e sarcástica, a carta assume um tom próprio da oralidade: “a cohab está toda errada. Aqui não dizemos e não mandamos: com melhor das intenções, evidente”. É como se o prefeito estivesse diante das autoridades, falando-lhes o que pensam munícipes e eleitores, passando-lhes a descompostura, **chamado-lhes** a atenção para os erros e equívocos comumente encontrados nas autarquias em suas diferentes esferas. Reitero, toda obra de Euclides Neto, é marcada pela oralidade, ela carrega consigo o linguajar dos matutos, dos tabaréus das “**roças** de cacau e arredores”.

Quando tomamos posse, sentimos a gravidade da situação. A zona padecia seca de dois anos. Os fazendeiros andavam murchos, talo caído, cara emborcada, com bicho na capadura, Os trabalhadores zanzando pelas estradas ou se deixando estirar molemente nas calçadas da cidade. As fazendas cortavam dias de serviço. Só havia uma solução: parir mão de obra. Estimular ao máximo o trabalho local. De logo, encostamos o único trator Caterpillar. Fizemos a conta: o bicho roubava mão de obra de 60 macaqueiros, o que significava tirar farinha da cárie de 300 pessoas, pois iniciamos dando trabalho aos de família de cinco pessoas acima (1983, p. 24).

Embora focada na experiência política e administrativa de Euclides, a obra traz à baila os costumes, os falares, os dizeres, os valores da zona cacaeira, dá vez e voz aos burareiros – aos **roceiros** de cacau - e aos macaqueiros – trabalhador diarista da região em apreço. Em suma, evidencia a identidade grapiúna (Simões & Oliveira, 2009, p. 5-20).

Não é por outra razão que no *Romance dos Excluídos* (2003), Elieser César afirma que, de certo modo, Euclides Neto dá continuidade à obra inicial de Jorge Amado. De fato, Euclides se filia à plêiade dos escritores do chamado ciclo do cacau, inaugurado por Jorge Amado, reverberando em sua obra elementos do realismo socialista, tais como em *Seara Vermelha* (1946), para ficar somente com um exemplo.

Sem contrariar Eliezer César (2003), Cid Seixas (2004) chama atenção para as marcas deixadas pelo estilo de Graciliano Ramos nas obras de Euclides Neto, evidenciado, sobretudo no romance *Os magros* (1961).

De fato, tirando o temperamento, pode-se buscar paralelismo e similitudes entre duas importantes figuras de homem público e de **homem** de letras, em vários aspectos. Para ficar somente na questão da militância/política, ambos tinham posição de esquerda e militaram no PCB. Jovem, Euclides se aproximou do Partidão, e embora sua vida política tivesse sido marcada pelo fato, guardou silêncio sobre ele. Em suas experiências de memória só há uma referência à passagem pelo PCB. Trata-se justamente de narrativa sobre sua entrada na agremiação. Nenhuma palavra sobre seu desligamento. Decepção? Nada se sabe a não ser que sua aproximação com o Partido teria ocorrido entre os anos de 1943/1944 e quando do seu batismo de fogo travara contato com futuros figurões da agremiação, tais como: Giocondo Dias e Mario Alves.

Durante o período em que esteve à frente da Prefeitura de Ipiaú, foi pragmático. Eleito pelo minúsculo Partido Democrata Cristão, tinha o apoio de Antônio Lomanto Júnior, governador vinculado à União Democrática Nacional e carreava os votos dos seus correligionários para dois deputados de partidos adversários. Somente quando foi implantado no país o bipartidarismo e o voto tornou-se vinculado, tomou clara posição em favor do partido de oposição ao regime militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Graciliano Ramos tinha na prática atuação socialista, mas somente anos após a saída do cárcere, em 1937, tornou-se militante do PCB. Mas os paralelismos não param por aí. Ambos assumiram cargos públicos. Ambos foram prefeitos. Em Palmeiras dos Índios (Alagoas), Graciliano Ramos empreendeu administração considerada modernizadora, progressista – em sintonia com a *Belle Epoque* tardia – e, sobretudo, honesta, moralizadora, enfrentando a oposição mesquinha e sempre desqualificadora da elite local. Mais de trinta anos depois, Euclides Neto seria vítima das mesmas atitudes que trouxeram tantos dissabores ao ex-prefeito de Palmeira dos Índios.

Depois da experiência na administração municipal, ambos assumiram cargos mais elevados. Graciliano passaria por vários deles no seu estado natal, até a prisão em 1936. Euclides Neto, após o ostracismo imposto pela ditadura militar, assumiu, em 1986, a Secretaria de Reforma Agrária, Irrigação e Cooperativismo do Estado da Bahia. Através da Secretaria, visava, entre outras coisas, estender para todo estado a experiência

pioneira nascida com a implantação da denominada Fazenda do Povo. A primeira experiência da Reforma Agrária na Bahia como ele gostava de salientar.

Na verdade, a conhecida Fazenda do Povo compreendia área de apenas 167 hectares, hoje um bairro da sede municipal – desapropriada por Euclides e distribuída em minúsculos lotes para os despossuídos de terras na rica zona do cacau. Além das casas, a área receberia escola, igreja, feira livre. A Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) implantou alguns projetos e a experiência ganhou aprovação da população. Ele planejava nova experiência, quando “chegou a coisa de 64” (1983, p. 98), brechando o sonho de Reforma Agrária.

Em 1936, Graciliano foi preso sem processo e sem julgamento, no quadro da repressão ao movimento denominado pelos militares de Intentona Comunista. Em 1965, Euclides Neto respondeu ao Inquérito Policial Militar (IPM), armado, unicamente, com a finalidade de arrancar-lhe a administração municipal e de humilhá-lo perante os munícipes da zona cacaueira, tal como ocorreria em Vitória da Conquista, com a prisão do prefeito Pedral Sampaio e em Feira de Santana, com a prisão de Francisco Pinto. Por falta de provas, **o IPM foi arquivado em 1966.**

No campo da produção literária, as influências de Graciliano na obra de Euclides são marcantes, como bem **salientam** Elieser César (2003) e Cid Seixas (2004). Nascidos em regiões antípodas do Nordeste: Graciliano, no sertão alagoano (Quebrangulo) e Euclides Neto, no úmido Vale do Jequiçá, ambos revelar-se-iam imbuídos de forte empatia pelos socialmente desprotegidos e pautaram a militância e a produção literária no desnudamento das injustiças sociais. Elieser César aponta a influência do romance *Vidas Secas* (1938), entre outros, no que chama de *Tetralogia dos Excluídos* de Euclides Neto, a saber: *Os magros* (1961), *O patrão* (1978), *Machombongo* (1986) e *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (1996).

### **Testemunhos e memórias: que face tem a obra?**

Reconhecendo **que o livro** em apreciação não está incluído entre a plêiade analisada por Elieser César e, exatamente por isso, chamo atenção para a influência dos Relatórios de Graciliano Ramos no livro de “memória” de Euclides publicado em sua segunda edição

em 1983, 64: *Um prefeito, a revolução e os jumentos (A fábula do presidenciável Salém)*. Em que consiste a narrativa da obra?

Além dos aludidos relatórios e da Fábula do presidenciável Salém (texto satírico e sem conexão com o corpo da obra), Euclides Neto retrata sua experiência à frente da Prefeitura de Ipiaú, no período que compreende de 1963 a 1967. Depreende-se de seu livro que o prefeito fez uma administração centrada no espírito comunitário; modernizadora e ousada: abriu ruas e estradas, construiu escolas, rede de esgotos, criou uma Fundação Hospitalar, uma Escola de Menores, um Parque de Exposição – somente com doações dos fazendeiros-, um ginásio rural (chamado por ele de mini-universidade). Ademais, construiu casas populares e criou também o Bairro da Democracia e a já referida Fazenda do Povo. Empreendeu campanha de erradicação da febre aftosa, levou para o interior do município a merenda escolar, introduzindo, ao invés de cardápio estranho ao paladar dos escolares, os frutos da terra; para evitar constrangimento às crianças pobres que sofriam achaques dos mais remediados, proibiu a entrada na escola de crianças calçadas, contrariando resolução da Secretaria da Educação. Resumindo sua ação à frente da prefeitura, Euclides escreveu:

Chegamos a levantar a estatística mais alegre e macabra do mundo: quando assumimos a Prefeitura distribuía-se 40 caixões a indigentes por mês. Mais pródigos na dádiva, chegamos a 3. Que contribuiu para isso? Possivelmente a briga contra a fome, mas, com certeza, a alegria de ter trabalho fez decrescer o gráfico (1983, p. 91).

Ao contrário do prefeito de Palmeira dos Índios que havia banido a alimária da sede municipal, permitiu aos jumentos livre circulação na cidade. O fato tornou-o conhecido em todo estado da Bahia, ao tempo em que servia de chacota entre os munícipes de Ipiaú e arredores. Euclides descreve a medida com um humor que beira a galhofa, evidenciando toda sua verve de escritor irreverente:

Que fazer com os jegues? Continuar a prendê-los no curral seria desumano. Os donos que viviam deles padeciam mais ainda.

Baixei a ordem: não se encarcera mais jericos. Brotou a onda de protesto mais raivosa que tive em toda minha administração! De comunista que não respeita

as famílias, liberando os bichos imorais, até maluco. Fizeram a festa. Tive unanimidade contra mim. Menos dos proprietários dos trastes, claro. Os amigos mais chegados – amigos mesmo, como Protógenes, Tatai, Hildebrando, Nestor Mesquita, Valdemiro, Tonhão, etc – o mais que podiam era silenciar (p. 16-17).

Por todas as ações do jovem prefeito, o município se projetou nacionalmente. Em 1965, Ipiaú seria escolhido “modelo” pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Inda)<sup>1</sup>, dentre as duas centenas de municípios baianos. Curioso que isso ocorreu depois do prefeito municipal ter respondido ao aludido IPM. Recorro ao escritor para explicar a escolha:

Em 1965, O Governo Federal – através do INDA – estabeleceu critérios para a escolha do Município, em cada estado da Federação, que tivesse condições de pleno desenvolvimento, a fim de servir de padrão aos demais. E aquele que obtivesse maior soma de pontos – julgado por comissão de alto nível – seria o eleito.

Ipiaú venceu, na Bahia.

De logo, fica esclarecido, que a escolha não recairia em favor do município perfeito, plenamente realizado.

Se assim fosse, não haveria nenhum (1983, p. 257).

De início, afirmo que as obras *64: Um prefeito, a revolução e os Jumentos (A fábula do presidenciável Salém)*, bem como *Trilhas da Reforma Agrária* são ambas classificadas pela fortuna crítica de Euclides Neto como suas memórias ou obras memorialísticas.

Não é minha pretensão aqui buscar uma classificação para a primeira obra citada, mas chamar a atenção para o que ela traz de específico em relação às outras *faces* e buscar apontar a relação entre história e memória na obra de Euclides.

De início cabe salientar que parece fora de cogitação tomá-la como autobiografia. **Pontuando** as diferenças entre autobiografia e romance, Verena Alberti (com base em Walter Benjamin) afirma sobre a primeira forma de manifestação literária:

Narrativa centrada no sujeito que cria, simultaneamente ponto de partida e objeto do texto, a autobiografia parece ser a atualização do ‘indivíduo moderno’ no espaço da literatura. É como se, ao

---

<sup>1</sup> O órgão foi extinto em 1970.

lado da poesia, do romance, da peça teatral, da crônica, enfim, se reservasse àquele indivíduo, a suas reflexões e experiências particulares, um ‘gênero’ literário específico, que permitisse a expressão de sua unidade e autonomia (1991, p. 73).

Narrativa fluente e assumidamente despretensiosa no que toca a traçar a história de vida de seu narrador, *64: Um prefeito, a revolução e os jumentos (A fábula do presidenciável Salém)* não está, portanto, centrada em um “sujeito que cria”, no narrador da trama vivida e contada com unidade e autonomia. A narrativa de Euclides pouco aborda aspectos particulares de sua vida, sobre sua família, por exemplo, só há uma informação precisa:

[...] Família modesta, tirada a pobre: donos de burros de tropas, bodegueiro, lavrador. Meus pais, contudo cobriam-me de afeto. Rolamos, na minha primeira infância, por casa de taipa coberta de palha, fomos dar o tombo nas cruas negras matas de Tesouras, onde se escondiam os jagunços vindas das terras valentes (1983, p. 171-172).

É uma obra memorialística? De início, convém ressaltar como chama atenção Carla de Quadros Araújo que a obra memorialista marca uma confluência entre os fatos históricos e os fatos de caráter pessoal. Demarcado um espaço de rememoração, ela transita no tempo e o eu narrador narra não só os acontecimentos vividos, experienciados, mas os fatos narrados por outros, inclusive, os registrados na e pela história. História e memória estão imbricadas (2008, p. 48).

A obra em tela tem forte inflexão com esta *face* da literatura, no entanto, não guarda, entretanto, a mesma densidade de *Matas do Sertão de Baixo* (1967), de autoria de Isaias Alves, *Fidalgos e Vaqueiros* (1989), de Eurico Alves Boaventura, por exemplo. Tampouco faz lembrar *Balão Baú de Ossos* (1974), *O Círio Perfeito* (1983) e *Balão Cativo* (1984), obras seminais de Pedro Nava.

Feitas as ressalvas, reitero, como, então, situar *64: Um prefeito, a Revolução e os jumentos (A fábula do presidenciável Salém)*? Talvez o paralelo com Graciliano Ramos se faça aqui mais uma vez necessário. *Memória do Cárcere* é uma obra memorialística?

Alfredo Bosi não descarta esta sua *face*, digamos assim, mas a inscreve com um termo que talvez dê conta de sua riqueza e especificidade dentro do quadro da escritura da tendência: *escrita de testemunho*. Para traçar a abordagem, ele parte de uma pergunta

das mais pertinentes: “como a memória de fatos históricos se fez construção literária pessoal sem descartar o seu compromisso como o que vulgarmente se entende por realidade objetiva?” (1995, p. 1). Respondendo sem rodeios: “uma palavra ajuda avançar na solução do problema acima formulado. Essa palavra é testemunho” (1995, p. 1). Para Bosi, a expressão é bifronte, originando daí sua riqueza conceitual. “O testemunho quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade. Como tal, casa memória individual com história” (1995, p. 1).

Através de Bosi, tomamos conhecimento da existência de uma tendência (Seligmann-Silva rejeita o termo gênero) denominada *literatura de testemunho*. Ela foi se impondo aos jurados do concurso patrocinado pela Casa de las Américas, situada em Havana (Cuba) e desde os anos 70 do século passado não para de crescer. “A escolha do termo obedeceu à necessidade de acolher um alto número de originais que se situavam na intersecção de memórias e engajamento. Nem pura ficção, nem pura historiografia; testemunho” (1994, p. 1).

Valéria de Marco, crítica literária e especialista na chamada *literatura de testemunho*, pontua, grosso modo duas matrizes da tendência, digamos assim, que vêm se desenvolvendo desde a década de 70 do século passado, uma é o testemunho da *Shoah* e a outra é testemunho da violência de Estado perpetrada pelas ditaduras da América Latina e do Caribe. Essa *face* da literatura que prioriza o “real”, segundo a especialista, se caracteriza por apresentar dois narradores. O narrador do fato vivido e o narrador do fato lembrado. Assumindo-se essa perspectiva, a obra inaugural da chamada literatura de testemunho, segundo a autora, é *Biografía de un cimarrón*, de Miguel Barnet. Desse ponto de vista, descarta-se qualquer aproximação entre a obra em tela de Euclides Neto e a literatura de testemunho.

Para Beatriz Sarlo, após a redemocratização dos países da América do Sul, a recordação, isto é, *o dever de memória*, tornou-se uma atividade voltada para recompor os laços sociais e comunitários perdidos com o exílio ou os destruídos pela violência do Estado e, ao mesmo tempo, auxiliar o judiciário na condenação dos envolvidos na prática de seqüestros, desaparecimentos e mortes (2005, p. 59). Contar para que o acontecido não aconteça mais: *nunca mais*. Fazer ouvir, ouvir para não esquecer. Essas palavras de ordens ganharam eco na Argentina, no Chile e também no Brasil.

Sinalizando o reconhecimento do amplo leque de abrangência da *literatura de testemunho*, Beatriz Sarlo foca sua análise na narração da experiência, na retórica testemunhal, na experiência e argumentação e na pós-memória, fazendo afluir uma série de questões sobre o uso das obras que ganharam vulto nos meios literários argentino. Ela salienta a importância política dessas narrativas, mas aponta o equívoco de tomá-las como fatos históricos inquestionáveis e de se fazer vistas grossas às subjetividades nelas contidas, enfim, de não submetê-las à crítica. Baseando-se em Susan Sontag, considera que é mais “importante entender do que lembrar, embora para entender também seja preciso lembrar” (2007, p. 22).

Longe de querer discutir a chamada guinada subjetiva da história, importa ressaltar que no Brasil, a narração da experiência dos indivíduos que viveram o exílio, o temor, a violência física ou simbólica durante o regime militar não se traduziu em volume nem teve a mesma repercussão que chegasse perto dos demais países do Cone Sul. Mas, temos algumas obras que se aproximam desse perfil.

Embora não mencione a *literatura de testemunho* nem utilize a mesma rubrica de Sarlo, Lucileide Costa Cardoso fez um apanhado dessas obras de “memórias” que merecem referência:

Agrupamos as memórias de Fernando Gabeira (*O que é isso companheiro?* 1979; *O crepúsculo do macho*, 1980; *Entradas e bandeira*, 1981) e Alfredo Syrkis (*Os carbonários – memórias da guerrilha perdida*, 1980) [...] As memórias de Frei Beto (*Batismo de Sangue. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, 1982) e Alípio Freitas (*Resistir é preciso – memórias do tempo de morte civil do Brasil*, 1980 [...] (1994, p. 180).

A essa plêiade, poderíamos acrescentar *Rabo de foguete* de Ferreira Gullar, publicado em 1992 (A obra coletiva *Brasil Nunca Mais* (1985) entraria nesse rol?) Em anos mais recentes, várias obras têm sido publicadas com esse teor, lembro aqui do primeiro volume da Trilogia *Galeria F: Memórias do Mar Cinzento* (2000), do jornalista e deputado Emiliano José.

**Testemunho: o nome da face por Euclides.**

Reconhecendo que a obra 64: *Um prefeito, a revolução e os jumentos (A fábula do presidenciável Salém)* guarda pontos de aproximação com a narração da experiência, no que diz respeito a denúncia dos atos da ditadura militar, convém buscar na própria obra as intenções do autor e como ele a situa. Avulta da obra mais uma vez a palavra testemunho. “Nosso intento é prestar o *testemunho* de como a coisa pipocou aqui fora, na roça, em uma cidade de 16.000 habitantes na sede e de 20.000 em todo o município” (1983, p. 11). Complemento, Euclides afirma: “Daí pretendemos lançar uma penca de palavra cá do mato” (1983, p. 12).

Os testemunhos de Euclides Neto são eivadas de representações sobre sua atuação política e sobre sua gestão à frente da Prefeitura de Ipiáu. Ademais, trazem significativas revelações sobre o cotidiano da política num pequeno município, destacando as relações entre o candidato e o eleitor, o prefeito e o povo, entre este e demais autoridades situadas em outras esferas do poder; as demandas dos munícipes e as demandas do prefeito em relação ao deputado, ao secretário de estado, ao governador, intrigas, perseguições, descontentamentos, interesses contrariados e inimizades ferrenhas, etc. Coerente com seus propósitos, evidencia a violência psicológica e a simbólica que sofreu nos turvos meses em que respondeu ao Inquérito Policial Militar, conforme veremos adiante. Não deixa também de evidenciar a violência cotidiana dirigida aos tabaréus e aos roceiros, perpetrada pelos coronéis do cacau, em conluio com as autoridades ausentes e coniventes.

A obra em tela é um mosaico de textos, predominando uma narrativa que tem como tônica divulgar a representação de Euclides Neto sobre sua administração à frente do município de Ipiáu. Sua escrita é marcada pela subjetividade, pelo tom quase confidencial, pelo caráter episódico anedótico. Através da sua escrita desfilam inúmeros personagens: correligionários, adversários, críticos, amigos solidários, eleitores, etc. Através dela tomamos conhecimento de **suas** obras, das relações com os políticos, dos encontros com as autoridades constituídas. Nela, ele traça perfis, tece comentários, faz homenagens, reflete sobre a política brasileira, partindo sempre de uma experiência concreta, de sua experiência. Em suma, enceta opiniões sobre a administração pública, o trato com os adversários, os correligionários e as autoridades. Não obstante, a clareza de

objetivo – testemunhar como a ditadura “pipocou” num pequeno município do “mato”-, o livro não tem um fio narrativo nem obedece a uma ordem cronológica.

Ele é um híbrido e não foi dividido em capítulos, mas em partes, aliás, desproporcionais em termo do número de páginas. À moda de introdução traz uns mandamentos que, de tão sensatos, deveriam ser distribuídos a todos os prefeitos quando da diplomação destes pela Justiça Eleitoral.

Na primeira parte, o autor trata de episódios ou tece comentários sobre situações e personagens. Na segunda, reúne relatórios, ofícios e memorandos enviados às secretarias, aos setores da administração pública e aos mais diferentes departamentos das esferas de governo, destacando-se o malcriado e atrevido ofício enviado ao Diretor da Cohab no estado da Bahia. Nesta mesma parte, traz também os relatórios emitidos pelos responsáveis pelo Inquérito Policial Militar ao qual respondera entre 1964 a 1965, como já salientado.

Na última parte traz a lume, o escrito denominado de *A fábula do presidenciável Salém* – alusão ao candidato a presidente da República Paulo Salim Maluf – no qual aponta as manhas e artimanhas de Salém e de seus opositores para galgar ao mais alto posto da República de Araras/Brasil – a presidência. Dispensável, essa parte do livro marca ainda mais o seu caráter de mosaico.

Os episódios que tratam especificamente da repressão que se abateu sobre os opositores ao golpe militar – supostos aliados do presidente deposto - e dos indivíduos considerados de esquerda estão contidos na primeira parte e não se encontram seqüenciados. São eles: Para o Rexoxo tudo é parença, A coragem do governador Lomanto Júnior, Deusdeth Cardoso da Silva, Visita do major Galvão a Fazenda e A Revolução. Este último é o mais longo episódio narrado e o mais detalhado. Nele, Euclides discute as possíveis razões que levaram à sua delação, os delatores confessos (como o Padre Flamarion) e os inconfessos, como que buscando junto com o leitor desfazer a intriga que envolveu sua inclusão no rol dos políticos cassáveis pelo novo regime. Descreve também com detalhes a violência simbólica sofrida, evidenciando que durante toda sua administração esteve na alça de mira dos militares **rexosos**, para usar sua expressão.

Com a demora chegou a impaciência. Há meses, aguardava a prisão e o suplício da incerteza a machucar os nervos. Nada comuniquei aos de casa. Receei que meus filhos, esposa e mãe vissem e a cena e sofressem demais. Fui para a cadeia pública, raciocinando que, certamente, primeiro iriam lá ouvir informações da polícia local. Estava no quartel, já cansado de esperar, o tempo crescendo, quando surgiu Marcelo, meu filho caçula. Podia ter ele quatro anos de idade, ou menos. Tão novinho e já tão amigo. Passava por minha sombra mirim nas obras, inaugurações, nas pedras fundamentais, nas cerimônias, nas visitas de autoridades. Em qualquer tempo e hora lá andava ele no meu faro e rastro: pés no chão, perninhas cambotas, nu, às vezes, fugido do zelo da mãe, Angélica. Nos lugares mais impossíveis aparecia, não sei como, nem levado por quem. Pois bem naquele dia que saí escondido, refugiando-me na delegacia, no fundo do quartel, em lugar onde habitualmente não ia há bastante tempo, pois o cargo de prefeito não deixava advogar, foi ali que Marcelo apareceu com seus olhos tranqüilos e amorosos de alma nobre, já na tenra idade, puxou meu paletó e perguntou balbuciando:

- Por que vão te prender, painho? (1983, p. 156)

Além destes episódios num ou noutra parte da obra respigam informações sobre a experiência de 64, Euclides cita personagens e aborda situações que complementam os episódios centrais da narrativa referente ao golpe de 64 e aos dias que o sucederam. Através de sua narrativa, tomamos conhecimento de que, tal qual em vários centros do Brasil, em Ipiaú também houve uma passeata de apoio ao golpe; que houve arruaça; que as pessoas não identificadas com o novo regime foram molestadas e intimidadas, que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sofreu agressões físicas, correndo risco de morte. Tomamos conhecimento também que a sede da Junta Trabalhista só não foi depredada pela ação enérgica do Juiz de Direito e que o Juiz Trabalhista foi obrigado a fugir, para não ser linchado pelos coronéis do cacau e seus prepostos.

Paul Ricoeur afirma em *Tempo e Narrativa* (1994), em linhas gerais, que o testemunho está na origem do discurso histórico. No mesmo diapasão, Beatriz Sarlo afirma que:

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum* (grifos do original). A narração inscreve a experiência numa

temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (2007, p. 24-25).

Bases do discurso histórico testemunho e memória alimentam-se da experiência e esta estão sempre a exigir a narração. Os testemunhos de Euclides Neto dão prova da assertiva e colocam em evidencia a sempre tensa relação entre memória e história, bem como entre história e literatura. Considerando que as obras de memória, com suas nuances e vieses, representam uma *face* da literatura, vale reconhecer que a obra em tela pode ser um índice da história de Ipiáu e por extensão da história do Brasil. Em *lugares de memória*, Pierre Nora evidenciou os campos de tensão entre memória e história. À parte as controvérsias e sutilezas, memória e história não podem ser compreendidas uma sem a outra. 64: *Um prefeito, a revolução e os jumentos (A fábula do presidenciável Salém)* não nega a assertiva. Os testemunhos de Euclides contêm em si mesmo uma leitura da história de Ipiáu.

## Referências

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia. A questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vo. 4, 7, 1991, p. 66-81.

ARAÚJO, Carla de Quadros. Guardados da memória: Matas do sertão de baixo, Longos serões do campo e Fidalgos e vaqueiros. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Literatura e

diversidade Cultural. Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, Vol. 14, no. 27, 1994, p. 179-196.

CESAR, Elieser. *Romance dos Excluídos*. Ilhéus: Editus, 2003.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. *Instituto Avançados*. São Paulo, vol. 9, no. 23, jan/abril de 1995.

MARCO, Valeria de. Literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*, no. 62, 2004. [www.scielo.br/pdf/In/n62/a2004](http://www.scielo.br/pdf/In/n62/a2004). Acesso 13/03/2010

NETO, Euclides. *64: Um prefeito, a revolução e os jumentos (a fábula do presidenciável Salém)*. 2ª. ed., Salvador: Fator, 1983.

NETO, Euclides. *Trilhas da Reforma Agrária*. 3ª. ed., São Paulo: Littera Edições, 1999.

NETO, Euclides. *Dicionareco das roças de cacau e arredores*. Salvador, Fator, 1997.

NORA, Pierre. Os Lugares da Memória. História e Cultura. *Projeto História*, n.10, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em história e do Departamento de História – PUC/SP. São Paulo: Educ, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos históricos*, no 03, Teoria e História. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. História e Oralidade. *Projeto História* no. 22. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: Educ, junho de 2001, p. 9-36

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rido de Janeiro: Rocco, 1994.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da Memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARZSTEIN, Dora. Historia oral, memória e histórias traumáticas. *Revista de História Oral*, no. 4, jun de 2001, p. 74 -83.

SEIXAS, Cid. Dois momentos da obra de Euclides Neto. *Seara/Revista Virtual*, Seabra, V.1, no. 1, 2004. [www.uneb.br/seara](http://www.uneb.br/seara). Acesso: 18/03/2010.

SIMÕES, Maria de Lourdes Neto & OLIVEIRA, Rita Lírio. O tempo é chegado: memória como meio de produzir e preservar identidades. *Revista Reflexão*, V. 1, no. 1, 2009, p. 5-20. [www.uesc.br/artigos](http://www.uesc.br/artigos). Acesso: 18/03/2010.

SILVA-SELINGMANN, Márcio. Testemunho da *Shoah* e literatura. [www.rumotolerancia.fflch.usp.br/files/active/0/aula\\_8.pdf](http://www.rumotolerancia.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf). Acesso: 18/03/2010.

SILVA, Albione Souza. O caráter socialista da gestão Euclides Neto no município de Ipiáú (1963-1967). Ilhéus: Universidade Santa Cruz, Trabalho de Final de Curso (TCC), 2003.